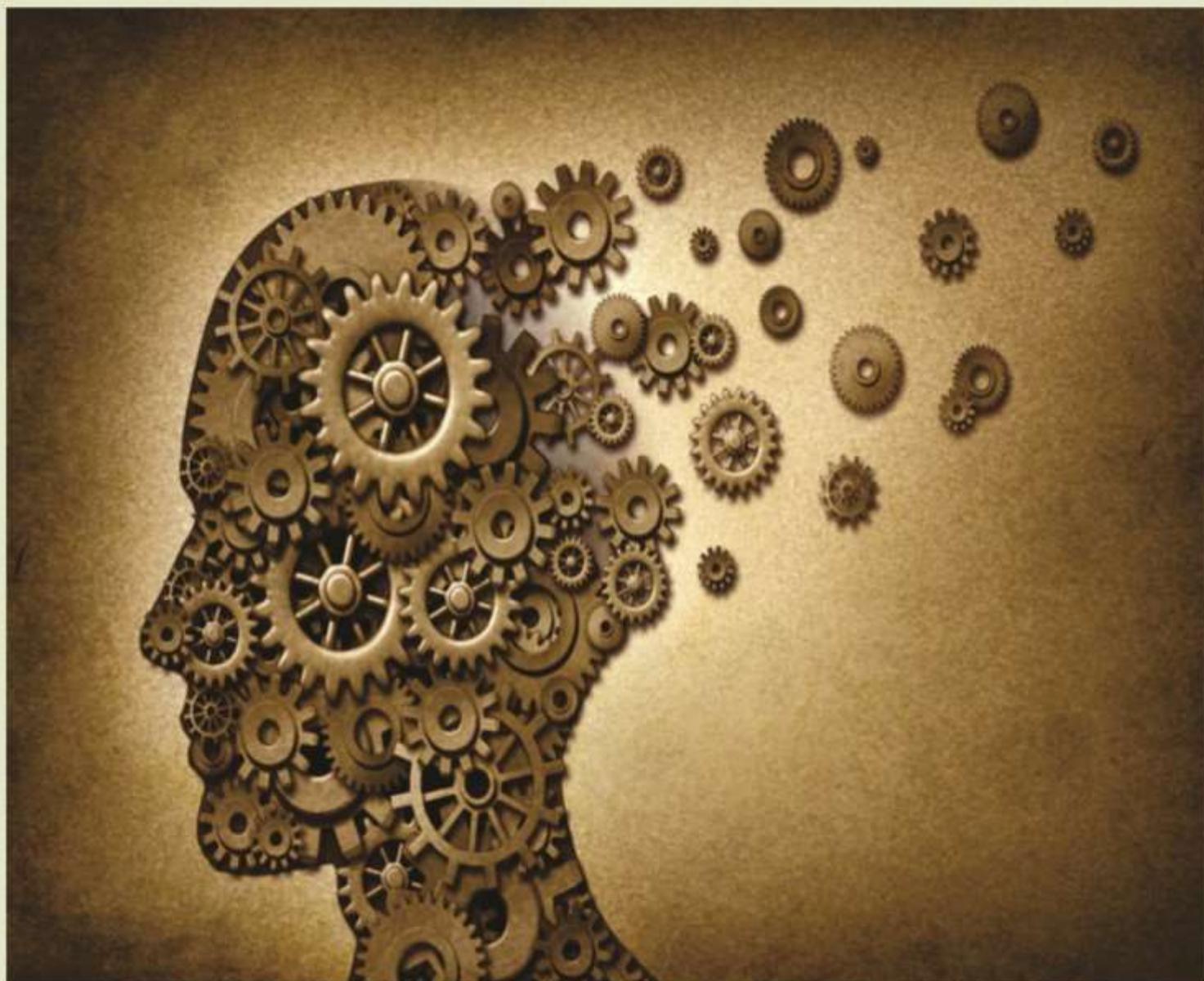


MEDITATIO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

ISSN 2359-3318



Ano 2. Volume 2.
Maio e Junho de 2015.

EXPEDIENTE

FACULDADES INTEGRADAS DO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D'Área
União da Vitória – Paraná
CEP. 84.600-000
Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO
ISSN 2359-3377

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIGUAÇU

Presidente da Mantenedora
Dr. Wilson Ramos Filho

Direção Geral
Prof. Ms. Edson Aires da Silva

Coordenação Acadêmica
Profª. Ms. Marta Borges Maia

Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão
Cassiana Maria Rocha

Coordenação do Curso de Administração
Profª. Ms. Jonas Elias de Oliveira

Coordenação do Curso de Agronomia
Profª. Ms. Marcia Maria Coelho Beatriz

Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Prof. Ms. Eliziane Cappeleti

Coordenação do Curso de Biomedicina
Prof. Drª. Janaína Ângela Túrmina

Coordenação do Curso de Direito
Prof. Sandro Perotti

Coordenação do Curso de Educação Física
Profª. Ms. Rosicler Duarte Barbosa

Coordenação do Curso de Enfermagem
Profª. Ms. Marly Terezinha Della Latta

Coordenação dos Cursos Engenharia Civil
Prof. Adailton Lehrer

Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica
Prof. Claudinei Dozorski

Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica e de Engenharia de Produção
Prof. Esp. Daniel Machado Gonzales

Coordenação do Curso de Farmácia

Revista Meditatio de Ciências Sociais e Aplicadas – Ano 2 – Volume 2 – União da Vitória.
Maio e Junho de 2015. ISSN: 2359-3318

Prof. Ms. Marcos Joaquim Vieira

Coordenação do Curso de Fisioterapia

Prof^a. Ms. Giovana Simas de Melo Ilkiu

Coordenação do Curso de Medicina Veterinária

Prof. Ms. João Estevão Sebben

Coordenação do Curso de Nutrição

Prof^a. Esp. Wagner Osório de Almeida

Coordenação do Curso de Psicologia

Prof^a. Esp. Darciele Mibach

Coordenação do Curso de Serviço Social

Prof^a. Esp. Lucimara Dayane Amarantes

Coordenação do Curso de Sistemas de Informação

Prof. Ms. André Weizmann

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor Geral das Revistas Uniguaçu

Prof. Ms. Atilio A. Matozzo

Conselho Editorial

Prof^a. Dr^a. Marilucia Flenik da Silva (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Carlos Eduardo Moreira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Jonas de Oliveira (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Romildo João Lisboa (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Leonel de Castro Filho (UNIGUAÇU)
Prof^a. Ms. Juliana Pessi Mayorca (UNIGUAÇU)
Prof. Ms João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Fernando David Perazolli (UNIGUAÇU)
Prof^a. Ms. Marta Borges Maia (UNIGUAÇU)
Prof. Ms. Edson Aires da Silva (UNIGUAÇU)

SUMÁRIO

A ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA NA PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA, Cainã Domit Vieira.....	05
AS PLANTAS MEDICINAIS À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Marcos Joaquim Vieira.....	21
REPENSANDO O PROCESSO AVALIATIVO ESCOLAR, Atilio A. Matozzo.....	32

A ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA NA PERSPECTIVA EXISTENCIALISTA

Cainã Domit Vieira¹ (UNIGUAÇU)

RESUMO: Sopesando os direitos fundamentais à liberdade de crença e à liberdade de consciência, o presente artigo tem como finalidade a abordagem do existencialismo sob dois distintos enfoques. Para seguir a ordem cronológica, inicia-se com a análise da versão cristã, de acordo com o dinamarquês Soren Kierkegaard, pela definição de religião e da repercussão desta na existência humana. Na sequência, o objeto é o existencialismo ateu, baseado em Sartre e praticado por meio da liberdade radical, que sujeita o indivíduo à angústia da responsabilidade pela escolha de suas ações. Superando estas distintas posições existencialistas, resta o exame dialético entre liberdade (de consciência) e religião (crença). O problema reside na abrangência dos direitos fundamentais à liberdade de consciência e de crença e nas suas implicações à liberdade individual, uma vez que eventualmente há o comprometimento da autonomia humana, a possibilidade de consideração da religião como uma espécie de má-fé na filosofia de Jean-Paul Sartre e, especialmente, as distintas posições a respeito da (in)existência de Deus e da repercussão filosófica de tais questões.

PALAVRAS-CHAVE: Existencialismo, Liberdade, Livre Arbítrio, Liberdade de Crença, Religião.

ABSTRACT: Weighing fundamental rights to freedom of belief and freedom of conscience, this article is intended to existencialism approach under two different approaches. To follow the chronological order, begins with the analysis of the Christian version, according to the Danish Soren Kierkegaard, the definition of religion and repercussions of this in human existence. As a result, the object is the atheistic existentialism, based on Sartre and practiced by radical freedom, which subjects the individual to the anguish of responsibility for the choice of their actions. Overcoming these different existential positions, remains dialectical examination between freedom (of consciousness) and religion (belief). The problem lies in the scope of fundamental rights to freedom of conscience and belief and its implications to individual freedom, since eventually there is a commitment of human autonomy, the possibility of consideration of religion as a kind of bad faith on the philosophy of Jean-Paul Sartre and especially the different positions about the (in) existence of God and the philosophical impact of such issues.

KEY WORDS: Existentialism, Freedom, Free Will, Freedom of Belief, Religion.

1 INTRODUÇÃO: DUAS ESPÉCIES DE EXISTENCIALISTAS

O existencialismo, foco teórico deste projeto, é entendido por Sartre (1978, p. 4), principal existencialista, “uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda a verdade e toda a ação implicam um meio e uma subjetividade humana”.

Levando-se em conta a abrangência do existencialismo, o problema que será objeto desta pesquisa consiste na questão das duas distintas espécies de existencialistas com base no critério da crença ou não em Deus.

¹ Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu.

É importante ressaltar que, por vezes, a tese de tais filósofos constitui parte da essência do existencialismo, sendo que o trabalho ora exposto terá como fim a pesquisa dos limites da posição ateísta, embasa por Sartre, e da religiosa, amparada por Kierkegaard. O primeiro, em sua palestra “O existencialismo é um humanismo”, ressalta a distinção:

(...) há duas espécies de existencialistas: de um lado há os que são cristãos, e entre eles incluirei Jaspers e Gabriel Marcel, de confissão católica; e de outro lado, os existencialistas ateus, entre os quais há que incluir Heidegger, os existencialistas franceses e a mim próprio. O que têm de comum é simplesmente o fato de admitirem que a existência precede a essência, ou, se quiser, que temos de partir da subjetividade. (SARTRE, 1978, p. 4)

De plano, percebe-se a identificação do ponto de convergência entre existencialistas ateus e cristãos na existência anterior à essência, princípio basilar desta filosofia, que representa a definição do homem posterior ao seu surgimento.

Sartre (1978, p. 6) esclarece que dizer que a existência precede a essência “significa que o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e que só depois se define”, ressaltando a subjetividade humana que torna possível a realização do homem em conformidade com seu desejo posterior à existência.

Identificando um “princípio do existencialismo”, Sartre (1978, p. 6) recorda que “o homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz.”

Demonstrada a convergência entre existencialistas ateus e cristãos em virtude da subjetividade pautada na liberdade que possibilita a autodefinição humana, cumpre demonstrar as principais distinções de pensamento, iniciando pelo existencialismo cristão.

2 O EXISTENCIALISMO PARA KIERKEGAARD: FÉ E ANGÚSTIA

Considerado o primeiro existencialista, o dinamarquês Soren Kierkegaard foi o precursor do existencialismo cristão, na medida em que fez valer sua educação cristã em conjunto com sua filosofia, que em alguns pontos foi utilizada por outros filósofos.

Jürgen Habermas (2010, p. 8-9) relata que para os “seguidores de Kierkegaard, como Heidegger, Jaspers e Sartre, esse protestante atormentado pela questão luterana

sobre o Deus misericordioso é certamente um osso duro de roer.” Tal conclusão decorre da crucial distinção do dinamarquês com os demais: a fé.

Para Kierkegaard, o existencialismo possui ligação direta com a religião. Neste sentido, cabe salientar que Habermas (2010, p. 10) identifica que a tese do existencialista cristão “parte implicitamente do princípio de que o indivíduo consciente de sua existência presta continuamente contas de sua própria vida à luz do Sermão da Montanha.”

O vínculo do existencialismo de Kierkegaard com a figura de Deus é sua principal característica, sendo destacado por Habermas (2010, p. 11), no seguinte relato:

Kierkegaard está convencido de que a forma de existência ética, produzida a partir de esforço próprio, só pode ser estabilizada na relação do fiel para com Deus. Ele chega a deixar para trás a filosofia especulativa e passa a desenvolver um pensamento pós-metafísico, mas de maneira alguma pós-religioso.

Utilizando a passagem bíblica em que Adão se vê tentado a pegar a maçã proibida como exemplo para demonstrar seu raciocínio filosófico acerca da angústia provocada pela simples possibilidade de liberdade, Kierkegaard afirma que:

Quando, pois, se admite que a proibição desperta o desejo, obtém-se ao invés da ignorância um saber, pois neste caso Adão deve ter tido um saber acerca da liberdade, uma vez que o prazer consistia em usá-la. Esta explicação é, portanto, *a posteriori*. A proibição o angustia porque desperta nele a possibilidade da liberdade.

Verifica-se, deste modo, a paradoxal consequência de uma vedação que, de acordo com Kierkegaard (2010, p. 48), implica na angústia, que para o dinamarquês “não é uma determinação da necessidade, tampouco o é da liberdade; ela consiste em uma liberdade enredada, onde a liberdade não é livre em si mesma, mas tolhida, não pela necessidade, mas em si mesma.”

Embora seja distinto o enfoque, Kierkegaard utiliza raciocínios e conceitos também presentes na filosofia de Sartre que, em que pese a posição ateísta, inspirou-se, em parte, no pensamento do dinamarquês.

3 O EXISTENCIALISMO ATEÍSTA DE SARTRE

Na palestra “O existencialismo é um humanismo”, Sartre (1978, p. 6) defende sua filosofia ateísta, ponderando que “se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito, e que este ser é o homem ou, como diz Heidegger, a realidade humana.”

Desenvolvendo o relevante princípio do existencialismo pelo qual a existência precede a essência, Sartre (1978, p. 6) ressalta que “o homem é responsável por aquilo que é. (...) o primeiro esforço do existencialismo é o de pôr todo homem no domínio do que ele é e de lhe atribuir a total responsabilidade da sua existência.”

Sartre (1978, p. 6-7) esclarece que a responsabilidade do homem não é apenas por sua individualidade, uma vez que “quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens”, pois não há ato voltado a “criar o homem que desejamos ser” que não implique simultaneamente na imagem humana para o outro.

Prossequindo a abordagem sobre a relevante presença do outro no existencialismo, Sartre (1978, p. 16) aduz que “o homem que se atinge diretamente pelo *cogito* descobre também todos os outros, e descobre-se como condição da sua existência. Dá-se conta de que não pode ser nada (...), salvo se os outros o reconhecem como tal.”

Além de destacar a relevância do outro, Sartre (2011, p. 680) defende a inexistência de Deus, utilizando o termo “abandono” para sustentar que o homem se encontra abandonado no mundo, sem qualquer apoio, sendo, portanto, o único responsável por suas ações e, por consequência, por sua vida e pelo próximo:

Sou abandonado no mundo, não no sentido de que permanecesse desamparado e passivo em um universo hostil, tal como a tábua que flutua sobre a água, mas, ao contrário, no sentido de que me deparo subitamente sozinho e sem ajuda, comprometido em um mundo pelo qual sou inteiramente responsável, sem poder, por mais que tente, livrar-me um instante sequer desta responsabilidade, pois sou responsável até mesmo pelo meu próprio desejo de livrar-me das responsabilidades; fazer-me passivo no mundo, recusar a agir sobre as coisas e sobre os outros, é também escolher-me, e o suicídio constitui um modo entre outros de ser-no-mundo. (SARTRE, 2011, p. 680)

Tratando dos termos abandono e desamparo (esta identificada como “expressão querida a Heidegger”) com o significado da inexistência de Deus implicando no abandono do homem, Sartre (1978, p. 9) assevera que “é preciso tirar disso as mais extremas

consequências”, pois “O existencialista opõe-se muito a um certo tipo de moral laica que gostaria de suprimir Deus com o menor dispêndio possível.”

O filósofo católico Regis Jolivet (1968, p. 41) considera a importância, para Sartre, da inexistência de Deus, afirmando que “Se Sartre pôde afirmar saber que Deus não existe, foi porque a inexistência de Deus lhe parecia tão necessária quanto o respirar, independentemente de qualquer prova ou demonstração.”

Sartre (1978, p. 9) utiliza a frase “Se Deus não existisse, tudo seria permitido”, de Dostoiévski, para identificar “o ponto de partida do existencialismo”, pois da inexistência de Deus decorre a liberdade, passando o existencialista a explicar porque o homem está condenado a ser livre:

Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer. O existencialista não crê na força da paixão. Não pensará nunca que uma bela paixão é uma torrente devastadora que conduz fatalmente o homem a certos atos e que, por conseguinte, tal paixão é uma desculpa. Pensa, sim, que o homem é responsável por essa sua paixão. O existencialista não pensará também que o homem pode encontrar auxílio num sinal dado sobre a terra, e que o há de orientar; porque pensa que o homem decifra ele mesmo esse sinal como lhe aprouver. Pensa, portanto, que o homem, sem qualquer apoio e sem qualquer auxílio, está condenado a cada instante a inventar o homem. (SARTRE, 1978, p. 9)

Desta liberdade radical, pautada na responsabilidade e na independência, decorrente do abandono no mundo, resta ao homem agir. Neste ponto, Sartre (2010, p. 541-542) ressalta que “a liberdade faz-se ato, e geralmente a alcançamos através do ato que ela organiza com os motivos, os móveis e os fins que esse ato encerra.”

Sartre (2010, p. 551) explica que o motivo é “a razão de um ato, ou seja, o conjunto das considerações racionais que o justificam”, enquanto o móbil “é considerado comumente como um fato subjetivo. É o conjunto dos desejos, emoções e paixões que me impele a executar certo ato” (SARTRE, 2010, p. 552).

Assim sendo, verifica-se que o ato possui motivo e móbil, sendo o primeiro decorrente do *cogito* cartesiano, enquanto o segundo é passional e próprio de cada indivíduo de acordo com suas emoções, provocando tais elementos (motivo e móbil) a ação humana por meio do exercício da liberdade.

Prosseguindo com a base do existencialismo pela qual a existência precede a essência, Sartre (2010, p. 542) declara que “a liberdade é fundamento de todas as

essências, posto que o homem desvela as essências intramundanas ao transcender o mundo rumo às suas possibilidades próprias.”

Sartre (2010, p. 550) enfatiza, também, a liberdade quanto à posição do homem diante de determinadas circunstâncias. O existencialista atesta que “Meu medo é livre e manifesta minha liberdade; coloquei toda minha liberdade em meu medo, e escolhi-me medroso nessa ou naquela circunstância”, mencionando a possibilidade de uma posição diversa em outra situação.

Percebe-se, deste modo, que na visão de Sartre (1978, p. 17) será possível optar pelo comportamento ou pela reação, com liberdade, diante de circunstâncias diversas, explicando o filósofo que “a escolha é possível num sentido, mas o que não é possível é não escolher. Posso sempre escolher, mas devo saber que, se eu não escolher, escolho ainda.”

Pela escolha individual, será o homem capaz de alterar sua maneira de ser e agir a qualquer tempo. Sartre (1978, p. 15) ressalta que, para isso, é necessário “o compromisso total”, acentuando que para o existencialismo “o covarde se faz covarde, (...) o herói se faz herói; há sempre uma possibilidade para o covarde de já não ser covarde, como para o herói de deixar de o ser.”

Destacando a importância da ação e dos atos reais na vida do homem, Sartre demonstra a frustração que meros sonhos e expectativas não concretizados podem causar, com a seguinte explicação:

Um homem embrenha-se na sua vida, desenha o seu retrato, e para lá desse retrato não há nada. Evidentemente, este pensamento pode parecer duro a alguém que não tenha vencido na vida. Mas, por outro lado, ele dispõe as pessoas à compreensão de que só conta a realidade, que os sonhos, as expectativas, as esperanças apenas permitem definir um homem como sonho malgrado, como esperança abortada, como expectativa inútil; quer dizer que isso os define em negativo e não em positivo. (SARTRE, 1978, p. 14)

Na palestra “O existencialismo é um humanismo”, Sartre (1978, p. 15) fala em defesa do existencialismo, afirmando que “não há doutrina mais otimista, visto que o destino do homem está nas suas mãos”, ressaltando que “a única coisa que permite ao homem viver é o ato.”

Neste ponto, conclui Sartre (1978, p. 15) que os existencialistas se preocupam “com uma moral de ação e de compromisso”. Além disso, o filósofo identifica a moral de Kant como pensamento que deixou de regulamentar apenas o meio de ser, passando a atuar sobre a ação, esclarecendo o seguinte:

O objetivo da moral foi por longo tempo prover o homem com o meio de ser. Tal era a significação da moral estoica ou da Ética de Spinoza. Mas, se o ser do homem há de reabsorver-se na sucessão de seus atos, a meta da moral já não será elevar o homem a uma dignidade ontológica superior. Nesse sentido, a moral kantiana é o primeiro grande sistema ético que substitui o ser pelo fazer como valor supremo da ação. (SARTRE, 2010, p. 535)

É importante ressaltar que Sartre (1978, p. 19), tratando da autenticidade, afirma que o reconhecimento da liberdade do homem implica em reconhecer, simultaneamente, “que não posso querer senão a liberdade dos outros”, ponto em que sua filosofia pode ser identificada ao pensamento de Kant, como afirma Leslie Stevenson (2005, p. 265), relatando que:

Uma maneira de desenvolver seu pensamento seria de fato incorporar a fórmula kantiana do “Domínio dos Fins” – segundo a qual os seres racionais se acham sujeitos à lei moral que determina que ditem a si e a todos os outros nunca como meros meios, mas sempre ao mesmo tempo como fins em si mesmos.

Considerando-se a similaridade existente entre tal pensamento kantiano e o cristianismo, verifica-se que algumas ideais de Sartre não possuem o ateísmo como foco, pois sua prioridade é a questão da liberdade e da existência anterior à essência, enquanto a inexistência de Deus seria apenas uma parte dos pensamentos, necessária para a conclusão, contudo, figurando apenas como meio, e não como fim da filosofia sartreana.

Superadas tais considerações acerca do existencialismo e suas espécies – ateísta e cristão –, surgem duas questões que representam os problemas objetos desta pesquisa: A religião seria uma espécie de má-fé para Sartre? De acordo com a filosofia de Sartre, a religião limita a liberdade?

4 A RELIGIÃO SERIA UMA ESPÉCIE DE MÁ-FÉ PARA SARTRE?

Primeiramente, é importante considerar que, de acordo com Sartre (2010, p. 536), “uma ação é por princípio intencional”, o que demonstra o vínculo do ato a uma intenção, além dos motivos, móbeis e fins já descritos. Neste aspecto, Sartre (2010, p. 581) adverte que na escolha individual “os fins são colocados Para-além de uma situação de fato, e a responsabilidade por esses fins nos incumbe”.

A escolha contribuirá para o alcance de um fim, além de implicar na responsabilidade daquele que agiu, além de que, para Sartre (2010, p. 581), “pode constituir um projeto de nos livrar-nos de nossa angustiante liberdade em proveito dos outros; nosso projeto pode ser o de tornar nosso ser-Para-si inteiramente absorvido por nosso ser-Para-outro.”

Sartre (2010, p. 681) realça que “na maior parte do tempo fugimos da angústia na má-fé”, em clara demonstração da má-fé como meio de evitar a liberdade angustiante, isto é, uma espécie de fuga. O filósofo explica suas razões, ponderando o seguinte:

Decerto, há muita gente que não vive em ansiedade; mas é nossa convicção que esses tais disfarçam a sua angústia, que a evitam, certamente muitas pessoas acreditam que ao agirem só se implicam nisso a si próprias, e quando se lhes diz: e se toda gente fizesse assim?, elas dão de ombros e respondem: nem toda gente faz assim. Ora, a verdade é que devemos perguntar-nos sempre: que aconteceria se toda gente fizesse o mesmo?, e não podemos fugir a este pensamento inquietante a não ser por uma espécie de má-fé. (SARTRE, 1978, p. 7)

Verifica-se, portanto, a posição de Sartre quanto à reação dos homens diante da angústia, caracterizando a fuga como espécie de má-fé. O existencialista afirma que “se definimos a situação do homem como uma escolha livre, sem desculpas e sem auxílio, todo homem que se refugia na desculpa que inventa um determinismo é um homem de má-fé.” (SARTRE, 1978, p. 19)

Este determinismo inventado para possibilitar a fuga da angústia e da responsabilidade, com o fim de possibilitar ao homem a ausência de ação, pode se tratar da religião. Regis Jolivet (1968, p. 49) observa tal possibilidade, e adverte:

(...) a polêmica sartreana pode obrigar os crentes tanto a um salutar exame de consciência como a uma frutuosa revisão de sua maneira de conceber o papel de Deus e do demônio em sua vida. Porque na verdade Deus serve muitas vezes de justificativa para a má fé. Seu nome acoberta a preguiça mental, a satisfação farisaica das “boas obras”, capitalizadas como moedas, e o orgulho do “justo”, que facilmente despreza os outros, instalado em seu conforto espiritual. Além disso, as generalidades verbais da moral pura permitem dissimular comodamente os compromissos da vida pública e privada.

(...) a própria religião, por um calamitoso equívoco a respeito de seu sentido e de suas exigências, pode aconselhar os crentes a manterem-se cuidadosamente alheios aos combates do mundo, receando sujar as mãos, e a não cuidar, numa beata quietude, senão das pequenas questões de nossa salvação pessoal. É bom que um ateu, um pouco rudemente, nos lembre tudo isso.

Observa-se, portanto, que por vezes a religião pode funcionar como fuga à angústia de escolher de maneira autêntica (preocupando-se com o outro) as ações dos homens, implicando em comodismo e em indiferença para com o próximo e em relação aos problemas do mundo, em irônico alerta realizado por um ateu.

5 A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

Superando o aspecto filosófico que fundamenta o presente projeto com a abordagem do existencialismo acerca da liberdade, cumpre trabalhar os conceitos jurídicos a respeito.

Neste aspecto, Robert Alexy (2012, p. 222) entende como conceito mais amplo de liberdade “uma relação triádica, cujo terceiro elemento é uma alternativa de ação”. O jurista considera a liberdade como a ausência de “embaraços, restrições ou resistências de qualquer espécie” e, citando Thomas Hobbes, esclarece que a liberdade é a ausência de oposição e a problemática reside em averiguar “o que deve ser identificado como obstáculo e a quem ele se refere” (ALEXY, 2012, p. 219)

Trabalhando os obstáculos no conceito de liberdade, José Afonso da Silva (2005, p. 232) destaca que “a liberdade consiste na ausência de toda coação anormal, ilegítima e imoral. Daí se conclui que toda lei que limita a liberdade precisa ser lei normal, moral e legítima, no sentido de que seja consentida por aqueles cuja liberdade restringe”.

É importante destacar que mesmo próximas, as liberdade de consciência e de religião não se confundem, pois a consciência não se limita ao aspecto religioso, constituindo, de acordo com Paulo Gustavo Gonet Branco (2012, p. 356), “a faculdade de o indivíduo formular juízos e ideias sobre si mesmo e sobre o meio externo que o circunda”, destacando que cabe ao Estado “propiciar meios efetivos de formação autônoma da consciência das pessoas”.

Em tal contexto, é importante destacar a atuação estatal, por meio da Constituição, no sentido de distinguir a liberdade de consciência da liberdade de religião. José Afonso da Silva (2005, p. 249) explica que pela liberdade de crença há “a liberdade de escolha da religião, a liberdade de aderir a qualquer seita religiosa, a liberdade (ou o direito) de mudar de religião, mas também compreende a liberdade de não aderir a religião alguma”.

Kildare Gonçalves Carvalho (2008, p. 718) identifica a consciência “com as convicções morais, filosóficas e políticas (...), confundindo-se com a dignidade pessoal”,

acrescentando que “O Estado não tem o poder de ingerência em assuntos privativos da consciência individual, não alcançando, portanto, o foro íntimo e a privacidade das pessoas”.

Obviamente o Estado não poderá intervir na consciência individual, mas é importante destacar a necessidade de intervenção em casos de escolha do indivíduo com alguma espécie de vício, pois liberdade, de acordo com José Afonso da Silva (2005, p. 233), “consiste na possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal”.

É evidente que se não há tal ‘coordenação consciente’, não há liberdade, justificando-se a intervenção estatal para evitar atos abusivos por determinadas religiões em proveito da fé alheia, causando prejuízos financeiros e morais pela perda de patrimônio do crente que, posteriormente, se mostra arrependido, gerando algumas ações julgadas pelos Tribunais brasileiros² para analisar tal situação.

6 A LIBERDADE RELIGIOSA E O LIVRE ARBÍTRIO

Para José Afonso da Silva (2005, p. 248), a liberdade religiosa compreende três distintas formas de liberdade: a liberdade de crença, a liberdade de culto e a liberdade de organização religiosa, todas relevantes à presente pesquisa na medida em que delimitam o conteúdo do direito fundamental debatido.

O constitucionalista registra que a religião “se exterioriza na prática dos ritos, no culto, com suas cerimônias, manifestações, reuniões, fidelidades aos hábitos, às tradições, na forma indicada pela religião escolhida” (SILVA, 2005, p. 249), o que indica a essência da liberdade que será exercida com relação à crença.

² APELAÇÃO - Ação de Indenização por Danos Morais. Alegado constrangimento e humilhação diante da promessa da ré que conseguiria trabalho e melhoria de vida diante do pagamento de dízimo, ou o oposto no caso de não pagamento. Dano moral não caracterizado. Decisão mantida, nos termos do art. 252 do RITJ. Recurso Improvido. (TJ-SP - APL: 01559972620078260100 SP 0155997-26.2007.8.26.0100, Relator: Egidio Giacoia, Data de Julgamento: 19/11/2013, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/11/2013)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVOGAÇÃO DE DOAÇÃO COM RESTITUIÇÃO DE VALORES. DÍZIMOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. A contribuição do dízimo como ato de voluntariedade, dever de consciência religiosa e demonstração de gratidão e fé não se enquadra na definição do contrato típico de doação, na forma em que caracterizado no art. 538 do Código Civil, não sendo, portanto, suscetível de revogação. 2. Ademais, a doação lato sensu a instituições religiosas ocorre em favor da pessoa jurídica da associação e não da pessoa física do pastor, padre ou religioso que a representa. Desse modo, a rigor, a doação não pode ser revogada por ingratidão, tendo em vista que o ato de um membro - pessoa física - não tem o condão de macular o pagamento do dízimo realizado em benefício da entidade, pessoa jurídica. 3. Recurso Especial improvido. (STJ - REsp: 1371842 SP 2012/0218194-1, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 19/11/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/12/2013)

Merece destaque a previsão do artigo 5º, inciso VIII, da Constituição, que estabelece que “ninguém será privado de seus direitos por motivo de crença religiosa”, consagrando a liberdade de crença e promovendo a colisão de tal direito fundamental com diversos outros direitos, tais como a saúde, a educação, a vida, a dignidade, o acesso aos cargos públicos e a liberdade geral – restringida, por vezes, pela religião.

Comentando julgamento do Supremo Tribunal Federal, Paulo Gustavo Gonet Branco ressalta o entendimento no sentido de distinguir o dever de neutralidade do Estado da indiferença estatal, motivo pelo qual cabe ao “Estado, em alguns casos, adotar comportamento positivos, com a finalidade de afastar barreiras e sobre-cargas que possam impedir ou dificultar determinadas opções em matéria de fé”³.

Gonet Branco (2012, p. 364) esclarece que a Constituição garante a liberdade religiosa “porque toma a religião como um bem valioso por si mesmo, e quer resguardar os que buscam a Deus de obstáculos para que pratiquem os seus deveres religiosos”.

Com tal fundamento, a Constituição consagra o direito fundamental à liberdade religiosa, assegurando tal prioridade ao crente sem prejuízo de seus demais direitos, até porque o exercício da religião e de seus deveres daí decorrentes surgem com a livre escolha do sujeito.

Contudo, a presente pesquisa possui a finalidade de averiguar, entre outras questões envolvendo liberdade e religião, a real vontade do indivíduo no momento em que elege determinada crença, considerando sua consciência⁴ e o livre arbítrio.

Neste sentido, cumpre trabalhar conceitos trazidos por Tércio Sampaio Ferraz Júnior (2002, p. 88), que num primeiro momento dá relevo ao ‘querer’, afirmando que “pode-se obrigar alguém a fazer ou a omitir algo, mas não se pode obrigar alguém a querer. Impedido de fazer, o homem não pode o que quer, embora, não obstante, continue a querer, livremente.”

Tércio (2002, p. 88) prossegue o raciocínio acerca da liberdade trabalhando seus obstáculos, mais precisamente a necessidade e a coação, enfatizando que a liberdade “é basicamente liberdade de qualquer necessidade, liberdade de qualquer coação, ausência absoluta de coação”, ponto no qual é essencial recordar o crente que se submete às regras

³ “O relator expôs que não se aplica à realidade constitucional brasileira a posição jurisprudencial norte-americana contrária a que se aprovelem leis que favoreçam uma ou mesmo todas as religiões”. STF 389 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 14 de maio de 2010 *apud* BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo, Saraiva, 2012, p. 362.

⁴ Nos moldes da “coordenação consciente” mencionada por José Afonso da Silva. (SILVA, 2005, p. 233.)

religiosas por medo, e não por fé, abdicando de seu direito fundamental à liberdade – com diversas restrições – apenas pelo temor decorrente de coação e/ou necessidade com relação à morte, ao desconhecido que, notoriamente, constitui a essência de boa parte das crenças.

Em tal contexto, é elementar o conceito de livre arbítrio, o qual Tércio Sampaio (2002, p. 90) identifica com a razão, lecionando que “o que torna a escolha livre é o conhecimento racional que a precede. Em consequência, *liberum arbitrium* não significa opção espontânea do querer, mas livre movimento da razão.”

Ora, há razão numa decisão tomada pelo medo ou pela insegurança? Com amparo no existencialismo de Sarte, cumpre abordar a problemática das restrições impostas pela religião à liberdade individual.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RELIGIÃO LIMITA A LIBERDADE?

Para relacionar religião e liberdade, é preciso recordar que, como ensina Sartre (2010, p. 595), “a fórmula ‘ser livre’ não significa ‘obter o que se quis’, mas sim ‘determinar-se por si mesmo a querer (no sentido lato de escolher)’.” Deste modo, verifica-se a predisposição individual tendente às escolhas como relevante para abordar a religião como um limite ou não à liberdade.

Por tais termos, poderia se concluir que a religião pode consistir na opção livre, o que indicaria a ausência de limitação à liberdade. No entanto, Sartre (2010, p. 543-544) adverte que “não se poderia encontrar outros limites à minha liberdade além da própria liberdade, ou, se preferirmos, que não somos livres para deixar de ser livres.”

Ora, se não sou livre para deixar de ser livre, aparentemente não posso optar por renunciar à minha liberdade em virtude de uma crença religiosa. Sartre trata da limitação que pode implicar na ausência de conhecimento de outras opções de ações e de vida, que pode ser utilizado analogicamente para o caso da religião:

Enquanto imerso na situação histórica, o homem sequer chega a conceber as deficiências e faltas de uma organização política ou econômica determinada, não porque “está acostumado”, como tolamente se diz, mas porque a apreende em sua plenitude de ser e nem mesmo é capaz de imaginar que possa ser de outro modo. (SARTRE, 2010, p. 538)

Na religião, o homem que está inserido em determinada crença por vezes não tem a possibilidade de cogitar a vida de outro modo, possuindo uma restrição à liberdade na medida em que não possui meios de realizar sua escolha individual destituída de elementos exteriores que o influenciam de modo a comprometer sua real vontade.

Em tal ponto, é fundamental atentar ao conceito técnico e filosófico de liberdade para Sartre (2010, p. 595): “autonomia de escolha.” No entanto, algumas peculiaridades são apontadas em tal escolha:

É preciso observar, contudo, que a escolha, sendo idêntica ao fazer, pressupõe um começo de realização, de modo a se distinguir do sonho e do desejo. Assim, não diremos que um prisioneiro é sempre livre para sair da prisão, o que seria absurdo, nem tampouco que é sempre livre para desejar sua libertação, o que seria um truísmo irrelevante, mas sim que é sempre livre para tentar escapar (ou fazer-se libertar) – ou seja, qualquer que seja sua condição, ele pode projetar sua evasão e descobrir o valor de seu projeto por um começo de ação. (SARTRE, 2010, p. 595)

Inserindo o crente na posição do prisioneiro no exemplo acima citado, vê-se que há ao religioso sempre a possibilidade de escapar, isto é, converter-se a outra crença ou mesmo passar a ser ateu. Contudo, a autonomia de escolha pode possuir restrições em virtude da cultura e da criação que o crente teve em sua religião, impossibilitando a tentativa de libertação.

Sartre (1978, p. 8) realiza a seguinte reflexão: “Se uma voz se dirige a mim, serei eu sempre a decidir se esta voz é a do anjo; se admito que tal ato é bom, a mim compete a escolha de dizer que este ato é bom e não mau.”

Com isso, verifica-se que a decisão a respeito da crença cabe a cada homem, sendo possível constatar tal autonomia também pela afirmação de Sartre (1978, p. 11) de que “nenhuma moral geral pode indicar-vos o que há a fazer; não há sinais no mundo. Os católicos responderão: sim, há sinais. Admitamo-lo: sou eu mesmo, em todo caso, quem escolhe o significado desses sinais.”

Todavia, aparentemente a escolha pela religião pode ser vista como desespero, pois Sartre (1978, p. 12) explica que:

O desamparo implica sermos nós a escolher o nosso ser. O desamparo é paralelo da angústia. Quanto ao desespero, esta expressão tem um sentido extremamente simples. Quer ela dizer que nós nos limitamos a contar com o que depende da nossa vontade, ou com o conjunto das probabilidades que tornam a nossa ação possível.

Pelas considerações realizadas até aqui, percebe-se que a religião pode ser vista como um limite à liberdade, mas também como uma escolha individual decorrente da liberdade. No entanto, a verdade não pode ser desprezada para que ocorra a existência, sendo imprescindível a ciência de suas possibilidades e também da essência daquilo que escolheu, por parte do crente. Para tanto, Sartre (1978, p. 15) indica a relevância do *cogito* cartesiano:

Não pode haver outra verdade, no ponto de partida, senão esta: penso, logo existo; é aí que se atinge a si própria a verdade absoluta da consciência. Toda teoria que considera o homem fora deste momento é antes de mais uma teoria que suprime a verdade, porque, fora deste *cogito* cartesiano, todos os objetos são apenas prováveis, e uma doutrina de possibilidades que não está ligada a uma verdade desfaz-se no nada; para definir o provável, temos de possuir o verdadeiro.

Tal *cogito* é fundamental para que se possa falar em razão, isto é, na consideração do homem enquanto sujeito. Sartre (1978, p. 15) ressalta que “esta teoria é a única a conferir uma dignidade ao homem, é a única que não faz dele um objeto.”

Cumprir atentar à advertência de Sartre (1978, p. 22) a respeito do existencialismo, esclarecendo o foco de tal filosofia:

Não que acreditemos que Deus exista; pensamos antes que o problema não está aí, no da sua existência: é necessário que o homem se reencontre a si próprio e se persuada de que nada pode salvá-lo de si mesmo, nem mesmo uma prova válida da existência de Deus.

Assim, nota-se que a religião pode implicar em limitação à liberdade na medida em que prejudica o reencontro do homem consigo mesmo, bem como sua percepção a respeito da salvação, enquanto algumas espécies de crenças podem funcionar como uma fuga que ilude quanto ao abandono, mas desvirtua a conduta em razão da ausência de consciência reflexiva e, também, trata o homem como se objeto fosse, limitando a autonomia de escolha.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. 14. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

DWORKIN, Ronald. **O direito da liberdade**: a leitura moral da Constituição norte-americana. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Estudos de filosofia do direito**: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. Tradução de Karina Jannini. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**, Vol I e II. Tradução de Marcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes, 1993.

JOLIVET, Régis. **SARTRE OU A TEOLOGIA DO ABSURDO**. Tradução de Carlos Lopes de Mattos. São Paulo: Editora Herder, 1968.

KIERKEGAARD, Soren. **O conceito de angústia**: uma simples reflexão psicológico-demonstrativo direcionada ao problema dogmático do pecado hereditário. Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência e liberdade**: uma introdução a filosofia de Sartre. Porto Alegre, RS: L&PM, 1995.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada** – Ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Esboço de uma teoria das emoções**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

_____. **Crítica da Razão Dialética** – Tomo I: Teoria dos conjuntos práticos, precedido por Questão de método. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Diário de uma guerra estranha**. Tradução de Aulyde S. Rodrigues e Guilherme João de F. Teixeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução de Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Verdade e existência**. Tradução de Marcos Bagno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.



SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

STEVENSON, Leslie Forster; HABERMAN, David. **Dez teorias da natureza humana**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

AS PLANTAS MEDICINAIS À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marcos Joaquim Vieira (UNIGUAÇU)

RESUMO: A sustentabilidade se caracteriza pelo desenvolvimento de forma integrada à natureza, com respeito à diversidade biológica e social, cultural, exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição econômica equitativa e em condições dignas de progresso humano. O cultivo de plantas medicinais contempla várias dimensões da sustentabilidade. Essas dimensões do desenvolvimento sustentável estão divididas em econômica, social, ambiental, institucional, política e cultural. Os indicadores de desenvolvimento sustentável apontam para que caminho seguir neste contexto, alavancado pela aprovação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos desde 2006. E o futuro incerto de um setor dividido entre Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Endógeno Alternativo.

PALAVRAS-CHAVE: Plantas Medicinais, Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: Sustainability is characterized by the development in an integrated manner to the nature with respect to biological and social diversity, cultural, and responsible exercise of citizenship, with the economic equitative distribution and decent conditions for human progress. The cultivation of medicinal plants includes various dimensions of sustainability. These dimensions of sustainable development are divided into economic, social, environmental, institutional, political and cultural. Sustainable development indicators point to which way to go in this context, driven by the approval of the National Medicinal Plants and Herbal Medicines Policy since 2006. And the uncertain future of a sector split between Local Producers Arrangements and the Endogenous Alternative Development.

KEYWORDS: Medicinal Plants, sustainability, Sustainable Development.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade evolui inserida em sua inter-relação nas dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas, institucionais e políticas, por essa visão multidimensional, não se pode analisar, parcialmente, o processo de desenvolvimento. Visto esse processo como um sistema adaptativo complexo, nota-se que as mudanças são irreversíveis e contínuas, ampliando a responsabilidade de toda sociedade com o seu presente e com o das futuras gerações. Essa responsabilidade demanda ações construtivas de uma base de discussão teórica e aplicada que se sustenta na busca contínua da evolução da sociedade e das alternativas decisórias, com as quais conta para aperfeiçoar os recursos existentes, considerando as dimensões inter-relacionadas, com a intenção de avançar de forma harmoniosa para o objetivo da sustentabilidade. (SILVA, 2004). Para Schneider (2000), existe a viabilidade e a pertinência de um país como o Brasil passar a

estimular processos de descentralização industrial que contribuam para amenizar os graves problemas sociais e ecológicos gerados pela concentração econômica e geográfica da matriz industrial. O papel de indução das empresas em uma sociedade capitalista, se consolida em sua proposta analítica, alinha-se ao lado daqueles que acreditam no papel das instituições de caráter não privado e nos mecanismos públicos de intervenção e regulação social para o planejamento e organização da economia em uma era de mudanças. Os processos de desconcentração industrial não são uma panaceia das teorias heterodoxas, mas, ao contrário, pode-se encontrar formas de industrialização descentralizada, de trajetória muito recente, cuja análise traz a luz resultados bastante diferenciados em relação ao modelo dominante.

2 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS estabelece que um dos elementos centrais de um projeto nacional soberano consiste em um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural assentado na Reforma Agrária e no fortalecimento da agricultura familiar. Este processo seria resultante de uma ação compartilhada do Estado e da sociedade civil, capaz de desconcentrar a propriedade da terra, alterar a estrutura agrária, criando, assim, condições para a eficácia das políticas de fomento à produção, de garantia da sustentabilidade ambiental e da universalização do acesso aos direitos. (LENZ, 2005). Ao analisar o quanto uma comunidade se desenvolve de forma sustentável, a partir de diferentes dimensões, pode-se levar em consideração para uma discussão alguns indicadores ou fatores representativos, como por exemplo, social, econômico, ambiental, cultural, entre outros. (SILVA, 2005). Para Chaves; Rodrigues, (2006) a sustentabilidade econômica é possível a partir de um fluxo constante de inversões públicas e privadas, além do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais. A dimensão econômica sempre foi a mais discutida no sistema capitalista, pois esse sistema parte do princípio, justamente, de que o capital é a mola propulsora de todas as relações sociais existentes. As relações por meio das transações econômicas são

de substancial importância para o desenvolvimento da sociedade, no entanto, há outras dimensões também relevantes e que afetam as interações das pessoas no decorrer do tempo. (SILVA, 2005). A dimensão econômica consiste em três pontos: como, para quem e o que produzir. As duas últimas questões sempre estiveram em pauta no discurso capitalista por ser uma forma necessária de remuneração e de reprodução contínua do capital. A primeira questão (como produzir) tornou-se mais relevante com o discurso ambientalista e a percepção dos principais agentes econômicos da máxima em economia: recursos escassos e necessidades ilimitadas. Ou seja, os recursos, cada vez mais escassos, limitavam as perspectivas do crescimento contínuo da economia, enquanto as necessidades eram cada vez maiores pelo desenvolvimento de novas tecnologias e formas de produção. O questionamento em como produzir envolve a otimização dos recursos e uso com escolhas conscientes da melhor combinação, tentando maximizar o resultado do benefício *versus* custo. Para Stiglitz (2002), o processo de desenvolvimento econômico supõe que ajustes institucionais, fiscais e jurídicos são necessários, incentivos para inovações e investimentos, assim como fornecer condições para um sistema eficiente de produção e distribuição de bens e serviços à população.

A questão social envolve temas relativos a interação dos indivíduos e a situação da sociedade em termos da sua condição de vida. Com relação a primeira questão, envolve-se o denominado capital social, ou seja, o valor obtido em uma determinada região a partir da interação existente naquela sociedade. Um alto capital social pode viabilizar projetos que economicamente seriam inviáveis em outro local, em razão das forças externas possíveis provenientes da sociedade local. Esse capital é acumulado historicamente pela confiança e objetivos comuns dos indivíduos em um determinado local. (SILVA, 2005). Foladori (2002), considera que a condição de vida tem sido um dos principais tópicos de discussão na dimensão da sustentabilidade social nos últimos trinta anos. Essa ótica da sustentabilidade teve como eixo central a discussão sobre a pobreza e os incrementos populacionais. Segundo Dowbor, em seu texto sobre “*A gestão Social em Busca de Paradigmas*”, Rico; Raichelis, (1999), o Capitalismo visto como sistema se apresenta, na realidade, um organizador adequado para a microeconomia da produção, mas

distribuidor inadequado, a cada dia que passa um empregador precário demais e um destruidor ambiental que conduz, ao aumentar a concentração das avançadas tecnologias, e transformá-las em formas cada vez mais predatórias de exploração dos recursos naturais, a um impasse planetário. Para haver uma articulação entre o social e o produtivo, precisamos nos precaver com as chamadas: redes de infraestruturas. Boisier (1996) diz que quando se investigam as razões de um impasse planetário, ou se verifica a possibilidade de existirem numa região as chamadas redes de infraestrutura, encontramos motivos de ordem macro e de ordem micro, do ponto de vista intelectual e político, para o desenvolvimento territorial, compreendido em seu sentido lato. Para a perspectiva macro há que se precaver com a descentralização política territorial. Para a perspectiva micro, encontra-se reconhecimento de um fato simples, que é a realização do projeto de vida de cada indivíduo.

A dimensão ambiental reflete um novo capital para o sistema capitalista, o natural, que permite evoluir no conceito de desenvolvimento para a ótica sustentável. A lei 6938 de 31/8/1981 define, em seu artigo 3o, meio ambiente como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, o que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. (SILVA, 2005). A sustentabilidade ecológica é possível, através da expansão da capacidade de utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta, com menor nível de impacto ao meio ambiente. Impondo-se, ainda, a necessidade de redução do volume de substâncias poluentes, a partir da adoção de políticas de conservação de energia e de recursos, entre outras medidas. (CHAVES; RODRIGUES, 2006).

Como resultado das interações dos atores envolvidos no processo, surge a dimensão Institucional, determinada pelo que acontece entre as estruturas existentes, por interações pelas quais eles agem, quem interage com quem, de acordo com quais regras. (SILVA, 2005). As muitas interações humanas ocorrem em um ambiente econômico, tendo preliminarmente um caráter social. Os agentes aprendem com os outros e seus valores podem ser influenciados pelas ações e valores dos outros. Esse processo de aprendizagem e influência, acontece historicamente, moldando valores culturais fortemente estabelecidos, que podem ter

consequências econômicas importantes. Trata-se de uma dimensão cognitiva, pela qual o nível agregado do sistema de crenças (regras), que os sustenta, determina as direções nas quais se alteram. Assim, estabelecem-se instituições que permeiam as inter-relações dos agentes e que são determinantes para o desenvolvimento do sistema. (ARTHUR; DURLAUF; LANE, 1997).

Para Chaves; Rodrigues (2006), a discussão em torno da dimensão política, demonstra a relação ambivalente entre decisão e conhecimento científico. Vários questionamentos são levantados, a partir deste debate, quanto a responsabilidade da prova exigida para que determinadas ações sejam desenvolvidas, num cenário de incertezas e onde os saberes ainda não estão estabilizados, neste caso, de quem é a responsabilidade da prova? E qual a prova a ser dada? Uma evidência que se coloca hoje nos fóruns de discussão e que, a partir do momento em que se estabeleceu o princípio da precaução nos tratados e convenções, os estados assumiram a não preocupação nos momentos das tomadas de decisões sobre questões que hoje são colocadas em discussão, mesmo na ausência de prova científica teórica e empírica. O decreto no 5813, de 22 de junho de 2006, aprovou a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. (BRASIL, 2006). Um grande avanço político do setor que visa garantir a população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.

A dimensão cultural, de forma geral, pode ser conceituada como um conjunto de experiências humanas “cultivadas” por uma determinada sociedade. (SILVA, 2005). Esse processo, historicamente construído, estabelece raízes sociais alimentadas por um processo de aprendizagem social contínuo. Trata-se de uma dimensão que alicerça as bases de princípios e valores, estando, portanto, diretamente relacionada com os objetivos quanto ao desenvolvimento sustentável de uma sociedade. Considerando que a cultura amadurece ou se altera no decorrer do tempo, em razão do processo contínuo de aprendizagem social e troca de experiências na própria sociedade, a percepção dos objetivos comuns e do que se espera pela sustentabilidade se altera também historicamente. Para Chaves; Rodrigues (2006), a sustentabilidade cultural se apresenta de forma mais complexa

para efetivação, uma vez que exigiria pensar o processo de modernização de forma endógena, trabalhando as mudanças de forma sintonizada com a questão cultural vivida em cada contexto específico. Deste princípio, emerge a hipótese de um acesso a modernidade a partir de múltiplas vias de acesso. Onde além da necessidade de se traduzir o conceito normativo de desenvolvimento sustentável numa pluralidade de soluções locais, adaptadas a cada ecossistema, a cada cultura e, inclusive, soluções sistêmicas de âmbito local, utilizando-se o ecossistema como um paradigma dos sistemas de produção elaborados pelo homem.

3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os indicadores de desenvolvimento sustentável tem sido objeto de vários estudos de grupos de trabalhos nacionais e internacionais, institucionais e não institucionais, não podendo ser analisados num contexto meramente nacional, por envolverem impactos além das fronteiras. O processo de seleção dos indicadores deve seguir um conjunto de critérios objetivos, exequíveis e verificáveis que justifiquem a escolha efetuada. Os indicadores escolhidos devem refletir o significado dos dados na forma original, satisfazendo, por um lado, a conveniência da escolha e, por outro, a precisão e relevância dos resultados. A maioria dos indicadores não preenche todos os critérios desejáveis, por isso, deverá haver um compromisso de otimização entre os critérios possíveis de garantir e aqueles que são tidos como mais relevantes para cada caso. Os indicadores nos permitirão fazer uma seleção de um conjunto de indicadores-base mais aperfeiçoados, a simplificação e melhoria dos circuitos de troca de informação, obtenção e tratamento de dados, bem como a identificação de um menor número de indicadores, chamados de indicadores compostos. (SILVA, 2005). As discussões em torno de uma proposta viável de desenvolvimento sustentável colocam em evidência aspectos que precisam ser tratados, de forma a poder se estabelecer novos rumos para o tratamento das questões ambientais planetárias, ao mesmo tempo em que aponta para as determinações políticas e econômicas que embasam o modelo de desenvolvimento vigente. Neste cenário algumas questões são impostas, como

promover um desenvolvimento socioeconômico, capaz de trabalhar a partir de princípios éticos que respeitem as gerações presentes sem comprometer as gerações futuras? Como estabelecer, neste modelo de sociedade, uma relação com a natureza que não referende a consolidação de práticas predatórias comumente efetivadas? Como estabelecer um novo padrão social de comportamento, não de dominação do homem sobre a natureza, mas trabalhando no estabelecimento de uma simbiose sociedade-natureza? (CHAVES; RODRIGUES, 2006).

4 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Os arranjos produtivos são conceituados como um fenômeno vinculado as economias de aglomeração, associados a proximidade física das empresas fortemente ligadas entre si por fluxos de bens e serviços, variam de tamanho, amplitude e estágio de desenvolvimento, fortalecidos pela política governamental, federal ou estadual, visando o desenvolvimento regional e gerando emprego e renda. O desenvolvimento de arranjos produtivos é importante para a geração de polos de crescimento e descentralização industrial. (SANTOS; GUARNERI, 2002). O principal gargalo tecnológico do Arranjo Produtivo Local (APL) de Fitoterápicos e Fito-cosméticos e o da validação, pois para que um produto desse segmento possa ser inserido no mercado consumidor ele precisa ser validado e registrado junto a ANVISA – Ministério da Saúde, e o processo de validação consistem em se realizar diversos ensaios químicos, físico-químicos, microbiológicos, analíticos, toxicológicos e farmacológicos, assegurando desta forma a segurança e a eficácia do produto em todas as fases do seu prazo de validade incluindo o armazenamento, a distribuição e o uso. (NEAPL, 2008). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) procura desenvolver uma política de desenvolvimento regional, considerando a instituição de arranjo produtivo local para composição de uma atividade nacional de atendimento aos municípios e microrregiões em processo de desenvolvimento. Além dessa política de desenvolvimento regional, o BNDES oferece linhas de crédito para o setor produtivo através de um programa denominado de PROFARMA. E um programa de apoio ao desenvolvimento da

cadeia produtiva farmacêutica, este programa contempla financiamentos de cultivos de plantas medicinais, indústrias, e outros segmentos do setor. Além disso, promove a aplicação do programa, emprestando verbas indistintamente a pessoas físicas ou jurídicas, micro, pequena ou média empresa, ou ainda a pessoas que atuam no mercado informal, por meio da oferta do microcrédito. (SANT`ANA; RICCI, 2008) (BNDES, 2008). A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), implementada pelo Ministério da Integração, adotou critérios para classificação de microrregiões, segundo orientação territorial e formulação de estratégias de atuação próprias, utilizando-se de duas dimensões para avaliar o grau de desenvolvimento econômico de microrregiões brasileiras. Na consolidação desses sistemas é fundamental o desenvolvimento de procedimentos tecnológicos adequados a realidade socioeconômica dos produtores regionais. É importante, também, que neste desenvolvimento tecnológico sejam tomados os cuidados necessários para minimizar os impactos ambientais. (NEAPL, 2008).

5 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO ALTERNATIVO

Do ponto de vista espacial ou regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. Entretanto, o aspecto novo do processo, que traz a luz um novo paradigma de desenvolvimento regional endógeno, está no fato de que a definição do referido modelo de desenvolvimento passa a ser estruturada a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; essa estruturação é realizada por meio de um processo como organização social regional, e que tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais. (AMARAL FILHO, 1996). O grau de autonomia desses sistemas e

particularmente importante, e essa autonomia relativa e consequência de numerosas inter-relações existentes, tanto entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais quanto entre o sistema produtivo, o ambiente e o contexto locais. Isso pode ser entendido, ainda segundo a opinião do autor citado, como meio ou conjunto de fatores histórico-socioculturais que estão sedimentados na comunidade e nas instituições locais. Para Schneider (2000), o desenvolvimento endógeno entendido como um desenvolvimento sustentável por um longo período se deve abastecer em três fontes alternativas aquelas de natureza puramente fiscal, a saber: novo papel do Estado federado; estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta do capital fixo; e valorização dos novos fatores de produção. (FLORENCIO; RUSCH; THEIS, 2007). Essa ação deve ter como objetivo evitar não somente a quebra dos princípios federalistas, dentro dos quais estão os interesses da União no que toca ao equilíbrio fiscal e a estabilização monetária, como também a transferência espúria de externalidades negativas entre as unidades federadas. Aquelas três fontes formam o que podemos chamar de tipo ideal de desenvolvimento endógeno, mas sua fonte primária está associada fundamentalmente a formulação de um modelo de desenvolvimento que, por sua vez, depende do paradigma gerado no seio da formação social local ou regional. Com raras exceções, as políticas de desenvolvimento regional, baseados em modelos de cima para baixo, excessivamente burocráticos e centralizados, mostraram-se pouco eficazes ou pouco eficientes, razão pela qual se necessita de uma maior mobilização dos agentes locais na definição de um modelo de desenvolvimento local ou regional. A forma e a composição do desenvolvimento endógeno, se deve ser agrícola, industrial ou terciário; especializado ou não; devem variar de região para região ou de local para local, e dependem das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político decisórias prevaletentes nos respectivos espaços. (CAPANEMA; PALMEIRA FILHO, 2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o universo de valores, da região ou do local, deva permanecer receptivo as novas tendências e aos novos paradigmas de desenvolvimento, esse mesmo universo não deve ser cooptado por caricaturas ou por imitações de modelos de outras regiões. (AMARAL FILHO, 1996). Os estudiosos dos processos sociais e econômicos, além de poderem comemorar a retomada dos debates acerca do desenvolvimento, também podem celebrar a renovação dos objetos de análise e os enfoques teóricos que se vem empreendendo neste campo. (FLORENCIO; RUSCH; THEIS, 2007). Hoje o interesse na temática do desenvolvimento incorpora dimensões nunca antes mencionadas, como a da sustentabilidade ambiental, da participação política das comunidades envolvidas e da regulação institucional local destes programas. Insere-se nesta perspectiva inovadora visando a discussão das possibilidades do desenvolvimento econômico de países como o Brasil em meio a um cenário internacional em mutação. No aspecto tecnológico, a biotecnologia parece finalmente transpassar a bancada dos laboratórios universitários para fazer parte do acervo de conhecimento das empresas farmacêuticas do país. Algumas empresas já prospectam possibilidades de negócios em fitofármacos. Outras já estabeleceram suas próprias “unidades de bionegócio”. Foi instituído um Fórum de Competitividade em Biotecnologia - FCB cujos primeiros resultados começam a ser apresentados. Assim, apesar dos enormes desafios ainda presentes para a consolidação da cadeia produtiva farmacêutica no país, é inegável a existência de uma conjuntura favorável, através da qual os agentes econômicos são motivados ao processo coletivo de construção. (CAPANEMA; PALMEIRA FILHO, 2006). O desenvolvimento sustentável é um sistema em evolução de fluxo contínuo que se observa no melhoramento da economia, no avanço paralelo da qualidade do meio ambiente e da comunidade para benefício das gerações presente e futura. Na implantação de empresas fitoterápicas sustentáveis estão inseridos vários fatores de influência, fatores esses que são tidos como requisitos naturais para a sustentabilidade. Neste sentido, as políticas públicas de 2006 passaram a ser um divisor de águas para a indústria fitoterápica brasileira, mostrando os primeiros sinais de avanço, apesar das várias dimensões da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**. N. 14, Santa Catarina, dez. 1996.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em <www.anvisa.gov.br>. Acesso em 23 mar 2015.

ARTHUR, W. B.; DURLAUF, S. N.; LANE, D. A. The economy as an evolving complex system II. Massachusetts: Perseus Books, 1997.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

BOISIER, Sergio. Em busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre a Caixa Preta e o Projeto Político. In. : **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n.13, p. 111-143, jun. 1996.

BRASIL. Decreto 5813, de 22 de junho de 2006. Aprova a política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 jun. 2006. Disponível em:<www.2.camara.gov.br/seminário/terapiasnaturalismo>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CAPANEMA, Luciana Xavier de Lemos; PALMEIRA FILHO, Pedro Lins. “A cadeia farmacêutica e a política industrial: uma proposta de inserção do BNDES”. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 19, p. 23-48, mar. 2004.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Debora Cristina Bandeira. Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Revista Internacional de Desenvolvimento**. V. 8, N. 13, p. 99-106, Set. 2006.

FLORENCIO, David Rodrigo; RUSCH, Fernando; THEIS, Ivo Marcos. Análise de políticas de desenvolvimento regional: o caso da MESOMERCOSUL. *Dynamis revista técnico-científica*, jan-mar/2008 n.14, v.1, p. 23 – 33.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

LENZ, Mauricio Henrique. Viabilidade Agro-econômica da Produção Orgânica de Plantas Condimentares para o Desenvolvimento Sustentável em Propriedades Familiares na Região do Vale do Rio Pardo/RS. 2005. 100 p. Dissertacao (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de pos-graduacao em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

NEAPL. Núcleo Estadual de Arranjo Produtivo Local. Disponível em: <<http://www.sedetec.se.gov.br>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

RICO, Ernesto M.; RAICHELIS, Ricardo. Gestão Social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, 231p.

SANT'ANA, Rosangela; RICCI, Fabio. Turismo sustentável: enfoque no artesanato local na cidade de Santo Antônio do Pinhal, SP. Caderno Virtual de Turismo. v. 8, n. 1 (2008).

SANTOS, A.M.M.; GUARNERI, L.S. Características gerais do apoio a arranjos produtivos locais. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 8-15, Out. 2002.

SCHNEIDER, Sergio. Repensar a industrialização a partir do desenvolvimento local sustentável. Revista Brasileira de Ciências Sociais v.15 n.43 São Paulo Jun. 2000.

SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento sustentável: Um modelo analítico integrado e adaptativo. Curitiba: UniFAE/ Ed. Forense, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus malefícios**. A promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. Making Globalization Work. London: Norton, 2006.

REPENSANDO O PROCESSO AVALIATIVO ESCOLAR

Atilio A. Matozzo⁵

RESUMO: A perspectiva da educação brasileira, nos últimos anos, tem sido totalmente negativa, principalmente por causa do rendimento dos alunos em processos avaliativos nacionais e internacionais. A medida utilizada há muito tempo tem sido o sistema de notas e não e competências e habilidades. Assim, o foco do trabalho da escola é produzir uma nota que possa dar, ao estudante, a possibilidade de progressão de série/ano. Porém, como que ficam as relações sociais que a escola desenvolve? Não há como deixar de lado processos de ensino-aprendizagem que vão além de notas e escalas numéricas. Assim, propomos neste trabalho uma reflexão sobre os princípios de avaliação escolar, focalizando o processo de ensino-aprendizagem com base nas competências e nas habilidades dos alunos, com avaliações de cunho diagnóstico.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação, Ensino-aprendizagem, Educação.

ABSTRACT: The prospect of Brazilian education in recent years, has been completely negative, mainly because of the performance of students in national and international evaluation processes. The measure used has long been the system of notes and not skills and abilities. Thus, the focus of school work is to produce a note that can give the student the possibility of progression- series / year. But as they are social relations that the school develops? There is no way to set aside teaching- learning processes that go beyond grades and numerical scales. Therefore, we propose in this paper a reflection on the principles of school evaluation, focusing on the process of teaching and learning based on the skills and the students' skills, with imprint diagnostic evaluations.

KEYWORDS: Assessment, Learning, teaching education.

1 INTRODUÇÃO

A concepção de avaliação deve sempre ir além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante do processo educacional.

A avaliação, ao não se restringir ao julgamento sobre sucessos ou falhas dos alunos, é compreendida como um conjunto de atuações que têm função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, deve acontecer de maneira contínua e sistemática, levando em consideração o processo qualitativo e não quantitativo do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto o

⁵ Mestre em Linguística pela UFPR. Professor de Língua Portuguesa e Espanhola da Rede Estadual de Educação do Paraná. Professor das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU). Coordenador do Centro de Línguas da Uniguaçu. Editor Geral das Revistas Uniguaçu. Editor da Revista O Guari da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória. Presidente da Comissão Própria de Avaliação da Uniguaçu.

educando se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação das aprendizagens só pode acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo grupo. Para o aluno, é um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Tomar a avaliação nessa perspectiva e em todas essas dimensões requer que esta ocorra sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho, como muitos professores habitualmente fazem. Isso possibilita ajustes constantes, num mecanismo de regulação do processo de ensino e aprendizagem, que contribuí efetivamente para que a tarefa educativa tenha sucesso.

O acompanhamento e a reorganização dos processos de ensino-aprendizagem na escola inclui, sempre, uma avaliação inicial, para o (re)planejamento do professor, e uma avaliação final de uma etapa de trabalho, nesse caso a término de cada conteúdo, atividade e/ou módulo.

Investigar é o principal objetivo da aplicação da avaliação inicial, pois o professor será capaz de identificar e caracterizar o conhecimento que a turma já possui sobre determinado conteúdo. O (re)planejamento, desse modo, será realizado de forma adequada e realmente apresentará resultados reais, já que parte das características apresentadas pela sua turma, o que torna, também, o (re)planejar em um ato real e focado no público pré-avaliado. A avaliação inicial serve como uma forma de investigação para obtenção de informações necessárias

para a proposição de atividades, gerando novos conhecimentos, não tornando a aula maçante e desatrativa ao aluno.

Apesar da avaliação inicial ser o primeiro passo para a identificação do rendimento da turma e da nivelção, é importante ter claro que a avaliação inicial não implica a instauração de um longo período de diagnóstico, que cabe por se destacar do processo de aprendizagem que está em curso, no qual o professor não dá prosseguimento ao seu conteúdo, perdendo um tempo precioso. Ela pode ser realizada no decorrer das atividades, já que os alunos põem em jogo seus conhecimentos prévios ao enfrentar qualquer situação didática.

Segundo Brasil (2001, p. 83) a avaliação contínua do processo de aprendizagem acaba por “subsidiar a avaliação final, isto é, se o professor acompanha o aluno sistematicamente ao longo do processo pode saber, em determinados momentos, o que aluno já aprendeu”. O momento de verificação da aprendizagem é de suma importância, por isso a seriedade no ato de avaliar deve ser repassada aos alunos, principalmente nas séries iniciais, em que se está em pleno desenvolvimento das capacidades/habilidades.

A averiguação da construção do conhecimento por parte dos alunos deve ser um dos objetivos do professor, é indispensável saber se todos os alunos estão aprendendo, inclusive os que necessitam de adaptação curricular, pois estes alunos também serão avaliados e uma avaliação inicial com eles também se faz necessário, haja visto que eles já tiveram contato com a escola, mesmo sem o processo correto de adaptação curricular.

Uma escola comprometida com o conhecimento sempre começa pelo processo de (re)planejamento, levando-se em consideração as condições físicas e intelectuais, isso representa a responsabilidade educacional, pois os professores devem compreender que o conhecimento é primeiro ponto para que haja uma escola laica de qualidade, o restante do processo que envolve essa escola está associado com o desenvolvimento das aulas e dos processos de ensino-aprendizagem, principalmente da avaliação que se transforma o primeiro recurso de análise do conhecimento do aluno. Assim, uma boa avaliação poderá apontar os próximos passos a serem dados pelo professor no seu trabalho de ensino diário.

Para Brasil (2001, p. 83):

Um sistema educacional comprometido com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, encontra, na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permite redimensionar investimentos, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos.

O uso da avaliação, numa perspectiva democrática, só poderá acontecer se forem superados o caráter de terminalidade e de mediação de conteúdos aprendidos – arraigados nas práticas escolares – a fim de que os resultados da avaliação possam ser concebidos como indicadores que orientem a prática do professor e nunca como meio de estigmatizar os alunos. Isto é, a avaliação deve ser compreendida muito mais como um mecanismo de análise do próprio do professor do que um processo analítico do aluno. Portanto, a escola deve abandonar a avaliação punitiva, passando a ser mais séria e apresentando objetivos concisos para realmente avaliar o desenvolvimento do aluno sem se preocupar com uma escala numérica, mas sim com a evolução do aluno, já que cada um representa um sujeito, embora constituído heterogeneamente, único e com suas particularidades definidas e apontadas pela avaliação inicial aplicada no início de cada processo novo de trabalho em sala de aula.

A avaliação deve ser compreendida como um elemento integrador entre aprendizagem e o ensino; tendo no conjunto de ações e de objetivos o foco central da análise a ser realizada, oferecendo ao educando uma oportunidade de intervenção pedagógica com efeito de orientação e recuperação daquilo que não se aprendeu no decorrer da aplicação dos conteúdos. Avaliar é um processo reflexivo contínuo, que serve para o professor como um recurso *sui generis* de análise da turma, é um instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades de melhora e entendimento.

Que fique claro que a avaliação é um processo que ocorre no decorrer de todo o processo de ensino-aprendizagem, não somente em um momento específico, já que a aprendizagem é algo constante. Essa concepção de avaliar desenvolve o aprender como o produto a ser alcançado, pressupondo, também que a avaliação se

aplique não apenas ao aluno, mas principalmente ao método do professor. Assim avalia-se o ensino e a aprendizagem como um todo.

O professor deve ser capaz de fazer do ato de avaliar uma coleta, uma análise uma síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou de realidade, que se processa a partir da comparação da configuração o objeto avaliado com determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para o objetivo proposto. O valor, ou a qualidade, atribuído ao objeto conduz a uma tomada de decisão a favor ou contra ele. Esta tomada de decisão é o posicionamento que o professor toma em relação ao objeto a ser avaliado.

Para Luckesi (2002), a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um processo que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação da configuração do que se ensina exige decisões e (re)planejamentos durante o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem não se constitui de matéria pronta e acabada, por isso cabe ao professor a análise constante do desenvolvimento de suas aulas para que, a cada passo, seja percebido se há ou não aprendizagem por parte dos alunos. Deve-se ter um cuidado muito grande para que o processo de avaliar não se transforme em rotina, perdendo o seu verdadeiro sentido, que é a constatação do desenvolvimento do *sujeito* aluno.

2 PERSPECTIVAS DE AVALIAÇÃO

Segundo Haydt (2000), Sant'anna (2001) e Luckesi (2002) há três modalidades de avaliação, dentre elas encontramos a somativa ou classificatória.

Para Haydt (2000), a avaliação somativa tem como função classificar os alunos ao final da unidade, bimestre, ou semestre, segundo níveis de aproveitamento apresentados. O objetivo da avaliação somativa é classificar o aluno para determinar se ele está aprovado ou reprovado e está vinculada à noção de medir. Esta concepção se encontra nos moldes do estruturalismo educacional, pois a medição de capacidades não é interessante à escola, porém, às vezes, faz-se

necessário a aplicação e análise de dados num processo somatório para que o professor tenha noção dos alunos que contempla em suas aulas.

Para Haydt (2000, p. 09):

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medidas, unidades de tempo. O resultado de uma medida é expresso em números. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere ao aspecto quantitativo do fenômeno descrito.

O sistema educacional, muitas vezes, tem se apoiado na avaliação classificatória com a pretensão de verificar a aprendizagem ou as competências através de medidas, de qualificações. Este tipo de avaliação pressupõe que as pessoas aprendam do mesmo modo, nos mesmos momentos e tenta evidenciar competências isoladas. Ou seja, algumas, pessoas que por diversas razões têm maiores condições de aprender, aprendem mais e melhor. Outras, com características que não correspondem tão bem ao conjunto de disciplinas, aprendem cada vez menos e são muitas vezes excluídos do processo de escolarização. Isso acontece muito com o sistema numérico de atribuição de notas, o que acaba por marginalizar o aluno o caracterizando como incompetente e abaixo da média.

Apontamos, dentre as concepções de avaliação, além da somativa e/ou classificatória, duas outras modalidades que são denominadas de avaliação formativa e avaliação diagnóstica.

A avaliação formativa é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. Aponta a deficiência na organização do processo de ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulações no mesmo processo e assegurar o alcance dos objetivos.

É conhecida como formativa porque indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos. Sant´anna (2001, p. 34) afirma que:

A avaliação formativa tem como função informar o aluno e professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades; melhorar o ensino e aprendizagem; localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências, no desenvolvimento do ensino-

aprendizagem para eliminá-las; proporcionar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios).

Já a avaliação diagnóstica é constituída por uma sondagem, projeção e retrospecto da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar dificuldades encontradas.

A avaliação diagnóstica, se aplicada de forma integrada (currículo, Plano de Trabalho Docente e Planos de Aula) poderá reajustar o processo de ensino-aprendizagem dando ênfase ao ato de aprender, favorecendo as trajetórias subsequentes do caminhar escolar dos alunos.

O diagnóstico do próprio processo de avaliação obriga o professor a tomar decisões que favoreçam o ensino, utilizando uma pedagogia que visa à transformação social do educando, comprometendo a avaliação com uma proposta histórico-social-crítica.

A necessidade de avaliar será uma constante dentro da escola, não importando a norma ou padrão pela qual se baseie o modelo educacional. Não há como fugir da avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, naná-la mais eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo.

Luckesi (2002) ressalta que a prática escolar usualmente denominada avaliação da aprendizagem pouco tem a ver com avaliação. Ela se constitui muito mais de provas/exames do que de avaliações. A prática de aplicação de provas e exames, com atribuição de notas ou conceitos, tem sua origem na escola moderna do século XVI e XVII com a cristalização da sociedade burguesa. Isso se configura como exclusão e marginalização de grande parte dos alunos.

Como se sabe, a avaliação representa um ponto vital para o alcance de uma prática pedagógica competente. Muito pouco se conhece sobre o processo de avaliação que acontece nas escolas, devido à má utilização que se faz dela. O cenário educacional precisa viver em constante análise, por parte do professor e da

equipe pedagógica, assim, pressupostos teóricos e práticos, referente à aplicabilidade da avaliação, devem ser aproveitados a todo o instante por parte dos professores, para que sempre estejam em concomitância com a evolução do conhecimento social dos alunos,

Conforme Haydt (2000) faz parte do trabalho docente verificar e julgar o rendimento dos alunos, avaliando os resultados do ensino, a avaliação está sempre presente na sala de aula, fazendo parte da rotina escolar, passando a ser uma responsabilidade do professor o aperfeiçoamento de suas técnicas de avaliação, para que não se torna uma tortura para o aluno e nem para o professor na hora da correção.

O professor deve adotar diversos instrumentos de avaliação, porém, nem sempre o aluno precisa saber que está sendo avaliado, pois, quanto maior for a amostragem colhida em sala de aula, mais perfeita será a avaliação.

Ainda Haydt (2000) defende que a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico de permanente interação entre educador e educando no apontamento e no desenvolvimento de conteúdos de ensino-aprendizagem, na seleção de aplicação de suas metodologias, bem como no diagnóstico da realidade social, visando à mudança comportamental do educando e do seu compromisso com a sociedade.

Para uma avaliação eficaz e real é necessário que o professor utilize diferentes códigos, como o verbal, o oral, o escrito, o gráfico, o numérico, o pictórico, de forma a se considerar a competência e o desempenho dos alunos. Assim, um levante das preocupações dos professores pode ser realizado, antes de cada processo novo de avaliação, para que o diagnóstico possa ser processado e compreendido antes de verificar a aprendizagem do aluno a partir de instrumentos avaliativos. Considerando as preocupações levantadas antes dos testes, é preciso pensar e realizar as avaliações por meio de observações sistemáticas, fazendo o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe, entre outros.

A análise das produções dos alunos deve considerar a variedade de produções realizadas, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas. Além desta consideração, atividades específicas para avaliação devem ser feitas, buscando a objetividade na exposição de temas, para o que o educando sintá-se seguro ao realizar suas atividades, tendo apenas a aprendizagem como foco. Pois quanto mais os alunos tenham clareza dos conteúdos e do grau de expectativa da aprendizagem que se espera, mais terão condições de desenvolver, com a ajuda do professor, estratégias pessoais e recursos para vencer dificuldades.

Apesar de a avaliação ser de responsabilidade do professor, não deve ser ele o único com esta função. Delegá-la aos alunos, determinados momentos, é uma condição didática necessária para que construam instrumentos de auto-regulação para as diferentes aprendizagens.

Para Brasil (2001, p. 86):

A auto-avaliação é uma situação de aprendizagem que o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar. Além desse aprendizado ser, em si, importante, porque é central para a construção da autonomia dos alunos, cumpre o papel de contribuir com a objetividade desejada na avaliação, uma vez que esta só poderá ser construída com a coordenação dos diferentes pontos de vista do aluno quanto do professor.

Por isso uma metodologia que abarque a avaliação diagnóstica poderá apresentar muito mais resultados, já que a própria avaliação diagnóstica prevê a realização de atividades que contemplem o aluno como mediador do seu próprio conhecimento.

Os dados que o professor colhe durante as avaliações são sempre provisórios, pois o que o aluno demonstrou não compreender em um primeiro momento poderá demonstrar evolução posteriormente, mas isso somente poderá acontecer se houver um processo de recuperação concomitante, que se refere ao recuperar o aluno, não sua nota ou desempenho, mas sim ensiná-lo com uma metodologia diferenciada, fazendo-o compreender o que antes não havia aprendido.

Na prática social libertadora, observa-se uma opção por um outro modelo social, no qual as diferenças entre os seres humanos deveriam ser reconhecidas e

não poderiam se traduzir em mecanismos de exclusão social, mas sim do ponto de partida para o trabalho a partir das necessidades específicas decorrentes das diferenças. Desse modo, um entendimento socializante da sociedade foi se transformando e uma nova pedagogia, a freiriana. Esta pedagogia está marcada pela ideia de que a transformação virá pela emancipação das camadas populares, que é definida pelo processo de conscientização cultural e política fora da escola.

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, é autoritária, pois este caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos sujeitos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador e não um instrumento de análise, o que é um erro muito constante nas escolas.

Segundo Luckesi (2002, p. 33):

[...] avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

Na avaliação diagnóstica, conforme Luckesi (2002), o objeto avaliado será tanto mais satisfatório quanto se aproximar do ideal estabelecido, como protótipo ou como estágio de um processo. Esse julgamento se faz com base nos caracteres relevantes da realidade do objeto de avaliação. O julgamento apesar de qualitativo, será inteiramente subjetivo. O juízo emergirá dos indicadores da realidade que delimitam a qualidade efetivamente esperada do objeto.

Portanto, a prática avaliativa cunhada no processo diagnóstico acarretará na evolução do aluno, pois ele mesmo participará de seu próprio processo de avaliação. O professor deve focar o aluno como sujeito social que desempenha atividades sociais diferentes umas das outras, portanto avaliá-lo igualmente sempre é um erro.

A avaliação diagnóstica possibilita ao sistema de ensino verificar como está atingindo os seus objetivos, portanto a avaliação possibilita a autocompreensão. O

professor, na medida em que está atento ao andamento do aluno, poderá através da avaliação da aprendizagem, verificar o quanto o seu trabalho está sendo deficiente ou eficiente, e que desvios está tendo. O aluno, por sua vez, poderá estar permanentemente descobrindo em que nível de aprendizagem se encontra, dentro de sua atividade escolar, adquirindo consciência do seu limite e necessidades de avanço. Além disso, os resultados manifestados por meio dos instrumentos de avaliação poderão auxiliar o aluno num processo de automotivação, na medida em que lhes fornece consciência dos níveis obtidos de aprendizagem.

Avaliar é imitar um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja a propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas consequências. Portanto, conforme Brasil (2001), a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso da avaliação escolar, é necessário que se estabeleçam expectativas de aprendizagem dos alunos em consequência do ensino, que devem se expressar nos objetivos, nos critérios de avaliação propostos no Plano de Trabalho Docente e na definição do que será considerado como testemunho das aprendizagens.

Os critérios de avaliação têm um papel importante, pois explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, a organização lógica e interna dos conteúdos, as particularidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento pessoal e social.

É importante assinalar que os critérios de avaliação representam as aprendizagens imprescindíveis ao final de cada ciclo e possíveis à maioria dos alunos submetidos às condições de aprendizagem propostas; não podem, no entanto, ser tomados como objetivos, pois isso significaria um rebaixamento da oferta de ensino.

Segundo Brasil (2001, p. 87):

Os critérios não expressam todos os conteúdos que foram trabalhados no ciclo, mas apenas aqueles que são fundamentais para que se possa considerar que um aluno adquiriu as capacidades previstas de modo a poder continuar aprendendo no ciclo seguinte, sem que seu aproveitamento seja comprometido.

O professor deve, ao estabelecer seus critérios, considerar cada realidade presente na escola, não se pode desenvolver um processo avaliativo baseado em critérios falsos, ou genéricos, somente haverá qualidade e resultado se os critérios considerarem desde os aspectos sócio-econômicos aos cognitivos dos alunos.

Os desafios do processo educacional passam por várias instâncias, a avaliação é uma delas, mas se o professor conseguir desenvolver em Plano de Trabalho Docente um bom método avaliativo, levando em consideração a avaliação diagnóstica, com certeza os alunos terão mais habilidades desempenhadas, apresentando um índice maior de desempenho.

É por meio de metodologias e de processos avaliativos utilizados que o professor irá participar da (re)produção ou (re)transformação da sociedade na qual estamos inseridos, podendo formar, ou não, sujeitos críticos e emancipados para que possam nela conviver como cidadãos ativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3 ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13^o ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. 7. ed. Vozes. Petrópolis, 2001.